

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina foi integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex teve por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (locais) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento repassou os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa foi agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX, publicado no DOU em 13/04/2006, firmado com o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, no âmbito do contrato de empréstimo BID 1628/OC-BR, teve como objetivo principal a execução do PROMOEX no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX previu inicialmente recursos da ordem de R\$ 5.715.987,46 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 3.358.879,20 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do Governo Federal (MP) por conta do financiamento externo (BID) e R\$ 2.357.108,23 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local (TCE/SC) - base cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,90. Em 13 de abril de 2009 foi publicado no DOU nº 69, na página 86, o extrato do termo aditivo ao Convênio alterando os valores conveniados do Programa para a seguinte forma: Valor Global passou para R\$ 4.020.901,50, sendo R\$ 2.362.797,78 a ser repassado pelo Governo Federal e R\$ 1.658.103,72 de contrapartida do TCE/SC - base cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,04.

Para atingir as metas do programa de modernização, o TCE de Santa Catarina investiu, até maio de 2013 - mês em que finalizou a execução do Convênio - o montante de R\$ 3.632.220,23. Sendo R\$ 2.084.528,41 do valor transferido pela União, R\$ 1.467.465,50 da contrapartida do Tribunal, e R\$ 80.226,32 do resultado da aplicação financeira.

TABELA 21 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Em R\$

COMPONENTE / CUBCOMPONENTE	REALIZADO ATÉ O PERÍODO			
	BID	CONTRAPARTIDA	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	BID + CONTRAPARTIDA + APLIC. FINANCEIRAS
1. FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ÂMBITO NACIONAL	149.212,67	214.929,23	36.325,00	400.466,90
1.1 Desenvolvimento de vínculos inter-institucionais entre os Tribunais de Contas e destes com o Governo Federal	9.018,70	83.496,71	0,00	92.515,41
1.2 Redesenho dos procedimentos de controle externo contemplando, inclusive, o cumprimento da LRF	93.270,23	78.267,02	21.974,92	193.512,17
1.3. Desenvolvimento de política e gestão de soluções compartilhadas e de cooperação técnica (de TI e outras)	46.923,74	53.165,50	14.350,08	114.439,32
2. MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.887.744,45	1.125.949,97	39.503,40	3.053.197,82
2.1. Desenvolvimento de vínculos inter-institucionais com outros Poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade	118.879,33	208.991,26	6.422,87	334.293,46
2.2. Integração dos Tribunais de Contas no ciclo de gestão governamental	393.180,25	283.084,55	15.121,50	691.386,30
2.3. Redesenho dos métodos, técnicas e procedimentos de Controle Externo	514.576,84	114.823,49	16.291,05	645.691,38
2.4. Planejamento estratégico e aprimoramento gerencial	10.382,86	63.767,09	1.667,98	75.817,93
2.5. Desenvolvimento da política e da gestão da tecnologia de informação	435.652,61	386.100,42	0,00	821.753,03
2.6. Adequação da política e gestão de pessoal	415.072,56	69.183,16	0,00	484.255,72
ADMINISTRAÇÃO	47.571,29	62.860,15	4.397,92	114.829,36
Administração	27.717,04	51.953,76	4.143,42	83.814,22
Monitoramento e Avaliação	19.854,25	10.906,39	254,50	31.015,14
IMPREVISTOS	0,00	63.726,15	0,00	63.726,15
TOTAL GERAL	2.084.528,41	1.467.465,50	80.226,32	3.632.220,23

FONTE: Unidade de Execução Local – UEL/SC: Anexo III – IN 01/97-STN Relatório de Execução Financeira da Prestação de Contas Final.

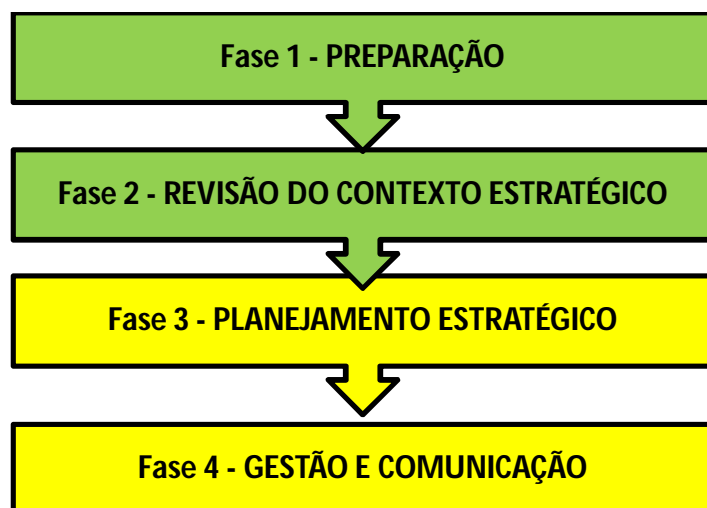
O TCE/SC executou os nove produtos mínimos exigidos pelo convênio com o Governo Federal: 1) atualização e alimentação com novas informações do Portal Nacional que está conectado à Rede Nacional dos Tribunais de Contas; 2) execução de todos os pontos de controle da LRF e disponibilização das informações da fiscalização da LRF através do SAGF (Sistema de Acompanhamento da Gestão Fiscal); 3) compartilhamento de soluções técnicas com os outros Tribunais de Contas; 4) celebração de acordos de cooperação visando ampliar a eficácia das ações de controle e realizar interações com a sociedade em prol do controle social; 5) execução das auditorias operacionais previstas e capacitação dos gestores públicos; 6) realização do mapeamento e redesenho dos processos finalísticos; 7) implantação do planejamento estratégico; 8) definição de uma política de gestão de pessoas; 9) elaboração do Planejamento Estratégico de TI.

Com a execução destes produtos o TCE/SC aprimorou suas atividades destacando as seguintes ações: 1) redesenhou seus processos de controle externo reduzindo o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a partir de 2011 virtualizou o processo de Registro de Aposentadorias e em 2012 o processo de Consultas e o processo de prestação de Contas dos Prefeitos. Em 2011 o tempo médio de tramitação de todos os processos de controle externo era de 713 dias, passando para 650 dias em 2012, representando uma redução de 8, 84%; 2) realizou 93 ações de interação e vínculos inter-institucionais com outros Poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade; 3) celebrou 23 acordos de cooperação com instituições como o Ministério Público, o Poder Judiciário e os Poderes Legislativos Estadual e Municipal; 4) intensificou a capacitação dos seus jurisdicionados, em especial dos agentes públicos municipais, através da realização dos Ciclos de Estudos e Debates da Administração Municipal. 5) realizou 21 auditorias operacionais; 6) financiou 640 participações em cursos de capacitação para auditores fiscais de controle externo nas mais diversas especialidades; 7) elaborou o planejamento estratégico 2008-2012 e 2013- 2017; 8) capacitou 100 gerentes administrativos do TCE/SC; 9) elaborou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para um período de dois anos; 10) elaborou sua política de gestão de pessoas incorporando novos conceitos de gestão apreendidos na execução do programa.

4.2. Planejamento Estratégico 2013-2016

O Tribunal de Contas está elaborando um novo plano estratégico, que abrangerá o período 2013-2016, sob a condução metodológica e facilitação da empresa VEC Capacitação Executiva Ltda., vencedora do edital de convite nº 1/2013.

O processo de planejamento estratégico foi subdividido em quatro grandes fases conforme observado a seguir:



Foram executadas integralmente as duas primeiras fases. Para a conclusão da 3ª e 4ª fases, falta apenas a descrição (por que, o que e como) das iniciativas prioritizadas e o cronograma de execução. Já foram validados os planos de comunicação e gestão, estando em preparação uma cartilha com o Plano Estratégico, bem como a realização de evento de apresentação do plano.

A seguir são apresentados a identidade organizacional e o mapa estratégico elaborados, cabendo a ressalva que são produtos provisórios, pois como o processo de elaboração é iterativo, alterações podem ser feitas em produtos de fases anteriores.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: “Controlar a gestão de recursos públicos em benefício da sociedade catarinense.”

VALORES:

- **Transparência**
Tornar públicas as decisões e os atos de gestão relevantes para a sociedade.
- **Ética**
Agir em busca da verdade dos fatos, amparada na honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa.
- **Economicidade**

Buscar cumprir os requisitos de qualidade com a máxima economia na aplicação de quaisquer recursos atribuídos ao Tribunal.

- **Profissionalismo**
Exercer as atividades com dedicação, empenho e com avaliação de resultados.
- **Independência**
Atuar com imparcialidade, liberdade e autonomia.

MAPA ESTRATÉGICO



4.3. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 260 manifestações. Destas, 49,23% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 22.

TABELA 22 – DESCRIÇÃO DE DEMANDAS DOS CIDADÃOS

Natureza da Demanda	2º trimestre 2013	
	Quantidade	%
Críticas	7	2,69
Sugestões	4	1,54
Reclamações	73	28,08
Solicitações de Informações	128	49,23
Fornecimento de Informações relevantes	18	6,92
Acesso à informação Lei nº12.527/11	16	6,15
Outros	14	5,38
Total	260	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC (61,15%) destacou-se como o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem com a Ouvidoria, conforme dados da Tabela 23.

TABELA 23 – MEIOS DE ACESSOS À OUVIDORIA

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	8	3,08
Email	91	35,00
Fax	-	-
Portal do TCE	159	61,15
Atendimento Pessoal	2	0,77
Total	260	100,00

Fonte: Ouvidoria

4.4. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgar sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de *releases* para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no primeiro trimestre de 2013, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 24 a 26.

4.4.1. Comunicação Interna

TABELA 24 - MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - "Notas para reforçar matérias publicadas na intranet"
132	11	32

Fonte: ACOM

4.4.2. Comunicação Externa

TABELA 25 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Rádio Releases encaminhados	Matérias publicadas em jornais da Capital e do Interior, na internet, em TVs e em rádios
61	58	20	363

Fonte: ACOM

TABELA 26 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas da Capital e do Interior ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
166	71	30	8	275

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

4.5. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no segundo trimestre de 2013.

TABELA 27 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
11/2006	1º TERMO ADITIVO /2013	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP	ALTERAÇÃO NOS ANEXOS PROJETO E PLANO DE TRABALHO, INCLUSÃO DO PLANO OPERACIONAL ANUAL 2013 E PRORROGA A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO ATÉ 31/05/2013 VIGÊNCIA DE 13/04/2006 A 31/05/2013.	0,00	DOU Nº 61 - Seção 3, 01.04.13, pág. 118 DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 18
002/2013	TERMO DE CONVÊNIO	INSTITUTO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DE SANTA CATARINA - IDASC	CO-PROMOVER O V CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO A SER REALIZADO NOS DIAS 8 E 9 DE MAIO DE 2013, NA SEDE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EM FLORIANÓPOLIS, CUJA FINALIDADE DO EVENTO É FACILITAR O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES; CONTRIBUIR PARA A APRESENTAÇÃO DE TESES; O RELATO DE PRÁTICAS DO DIREITO PÚBLICO E PARA APRIMORAR A INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO NORMATIVO EXISTENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DE RENOMADOS ESTUDIOSOS DO RAMO ADMINISTRATIVO	0,00	DOTC-e 22.04.13, 1.211, pág. 4
007/2011	1º TERMO ADITIVO	SISTEMA DE ENSINO BORGES DE MENDONÇA - FACULDADES BORGES DE MENDONÇA	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 11/04/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 19
005/2011	1º TERMO ADITIVO	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 26/03/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 18
001/2011	1º TERMO ADITIVO	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE GRANDE FLORIANÓPOLIS - IES	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 20/03/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 18
004/2011	1º TERMO ADITIVO	UNIVERSIDADE DE VALE DO ITAJÁI - UNIVALI	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 22/03/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 18
006/2011	1º TERMO ADITIVO	FACULDADE DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS FACIF LTDA. EPP - FACULDADE DECISÃO FADEC	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 11/04/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 18
003/2011	1º TERMO ADITIVO	FACULDADE UNIBAN	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 21/03/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 19
002/2011	1º TERMO ADITIVO	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA. - UNIASSELVI	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 20/03/2015.	0,00	DOTC-e 08.05.13, 1.222, pág. 18
008/2011	1º TERMO ADITIVO	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ - USJ	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 11/07/2015.	0,00	DOTC-e 24.05.13, 1.233, pág. 24
003/2013	TERMO DE CONVÊNIO	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA	CEDER PARA USO O ESPAÇO FÍSICO E O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DE MANIFESTAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS, PARA A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MEMÓRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E A CARACTERIZAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS PARA GUARDA E DIFUSÃO.	0,00	DOTC-e 29.05.13, 1.236, pág. 35
03717/2001-6	1º TERMO ADITIVO	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	1. ALTERA A SUJEIÇÃO DOS CONVENIENTES PARA A RESOLUÇÃO N. TC-54/2011; 2. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 11/04/2015.	0,00	DOTC-e 06.06.13, 1.240, pág. 3

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE